

A EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DA CULTURA CASTREJA E OS MODELOS INTERPRETATIVOS SÓCIO-CULTURAIS: ENSAIO DE SÍNTESE

SYNTHESIS ESSAY OF «CULTURA CASTREJA» CHRONOLOGICAL EVOLUTION AND THE SOCIO CULTURAL MODELS

LA EVOLUCIÓN CRONOLÓGICA DE LA CULTURA CASTREÑA Y LOS MODELOS INTERPRETATIVOS SOCIOCULTURALES: TENTATIVA DE SÍNTESES

Maria de Fátima Matos da Silva *

Resumo

Neste trabalho apresentamos um ensaio de síntese, sem pretensões exaustivas, sobre os diversos modelos interpretativos sócio-culturais e a evolução cronológica da Cultura Castreja da Idade do Ferro.

Sumária e pontualmente inserimos alguns novos dados da área geográfica que temos vindo a estudar – a bacia superior do rio Coura - nas problemáticas em questão.

Palavras-Chave

Cultura Castreja; Idade do Ferro; Cronologias; Modelos sócio-culturais.

Summary

In this article we present a synthesis assay, without exhausting pretensions, about the diverse socio cultural interpretations models and the chronological evolution of the Castreja Culture (Hill forts) of the Iron Age. We insert a few of new given of the geographic area that we have come to study - the superior basin of the river Coura.

Keywords

Hill forts; Iron Age; Chronologies; Socio cultural models.

Resumen

En es trabajo presentamos una hipótesis de síntesis, relativa a los modelos interpretativos socioculturales y la evolución cronológica de la Cultura de Castreña de la Edad del Hierro.

Insertamos puntualmente los datos del área geográfica que hemos estudiado – la cuenca superior del río Coura.

Palabras claves

Cultura Castreña; Edad del Hierro; Cronologías; Modelos socioculturales.

* Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto, Portugal. mfms@upt.pt

HISTORIOGRAFIA DA INVESTIGAÇÃO DA IDADE DO FERRO DO NOROESTE PENINSULAR

Os estudos da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular confundem-se com a investigação dos povoados fortificados, geralmente designados castros, citânias ou cidades.

Em diversos autores da antiguidade clássica, tanto gregos como latinos, encontramos referências aos povos do noroeste peninsular, algumas vezes de forma generalizada, outras de maneira mais concreta. Em relação à Galiza, esses textos foram reproduzidos parcialmente e comentados em obra, onde também se pode consultar diversa bibliografia antiga (ROMERO MASIÁ e POSE MESURA 1988).

Entre os autores clássicos que nos forneceram elementos mais pormenorizados sobre os povos da Idade do Ferro, refira-se Plínio, que visitou a Hispânia, descrevendo os *conventus* jurídicos, o seu número de habitantes, os povos e os seus costumes, as explorações auríferas, entre outros elementos.

Outro autor de referência é Estrabão, que apesar de nunca ter estado na Península Ibérica, baseou os seus escritos do famoso *Livro III da Geografia* em autores anteriores e em relatos de contemporâneos. Nesta publicação, que deve ser lida de forma crítica, descreve os povos do noroeste peninsular, referindo-se aos seus usos e costumes.

Deixando os autores clássicos – outros haveria a mencionar –, e dedicando-nos apenas à historiografia castreja de finais do século XIX, do século XX e de inícios do XXI, temos uma vasta bibliografia portuguesa e espanhola, sobretudo galega, que se dedicou largamente e através dos tempos a diversos assuntos relacionados com a “Cultura Castreja”.

Tanto em Portugal como em Espanha, apesar da existência de diversas publicações, não existe uma obra sobre a historiografia desta época, embora existam diversos autores que tenham escrito artigos ou capítulos de livros sobre o tema (LE MOS 1985; SILVA 1986; MARTINS 1990, SILVA 1996; TABOADA CHIVITE 1973; ACUÑA CASTROVIEJO 1991 e 1996; CALO LOURIDO 1993).

Em Portugal há a destacar, entre os autores pioneiros, Francisco Martins Sarmiento, que se dedicou sobretudo aos estudos da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso, com uma extensa bibliografia compilada em obras como os *Dispensos* (1933), F. A. Pereira (1933; 1938-1941) e Abel Viana (1926a; 1926b; 1930; 1932), que se dedicaram, sobretudo, ao estudo de castros alto-minhotos.

Aos trabalhos destes pioneiros segue-se a continuação dos estudos em Briteiros, através de Mário Cardoso (1937; 1938; 1946; 1952; 1953; 1959; 1962; 1980), e as investigações na Citânia de Sanfins, com Afonso do Paço, em diversos castros transmontanos, com especial destaque para o de Carvalhelhos, com Joaquim dos Santos Júnior.

Tal como os primeiros, também este grupo de investigadores travou relações de intercâmbio de ideias com os homónimos galegos, o que levou, posteriormente, à organização de reuniões periódicas nos dois países, de que se destacam os *Seminários de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, organizações onde se davam a conhecer as novidades arqueológicas e se trocavam experiências e conhecimentos. Contudo, só nos últimos vinte anos do século XX foi possível avançar significativamente no conhe-

cimento da cultura castreja do noroeste peninsular. Para isso contribuíram os trabalhos de Hawkes, através dos estudos estratigráficos efectuados em diversos castros do norte (HAWKES 1984). Elaboraram-se também diversos trabalhos sobre ourivesaria, escultura e decoração arquitectónica castreja, clarificando-se problemas até aí existentes. Resolveram-se dúvidas sobre a funcionalidade dos monumentos com forno e “pedra formosa”. O estudo da cerâmica foi sistematizado nas obras de C. A. Almeida (1974), que considera a existência de quatro estilos (A a D), estabelecendo uma sequência cronológica e uma hipótese de tipologia baseada na forma, e J. Rey Castiñeiras (1982; 1983; 1986-87) que estabelece outra tipologia e outra evolução cronológica.

As últimas gerações de arqueólogos portugueses preocuparam-se essencialmente com o estudo evolutivo dos povoados. De entre as diversas obras publicadas destacam-se as de Carlos A. Almeida (1983; 1984), Armando C. Silva (1983-84; 1986; 1990) e o trabalho de Jorge Alarcão (1992).

É, em suma, graças aos trabalhos de investigação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, infelizmente já desaparecido, Armando Coelho Ferreira da Silva, Manuela Martins e Francisco Queiroga (os três últimos, sobretudo através das suas teses de doutoramento e trabalhos posteriores), que a cultura castreja do noroeste português, na sua área meridional, tem vindo a ser bastante mais conhecida.

No que se refere aos estudos galegos, a obra *Protohistoria. Los castros gallegos* de A. del Castillo, publicada em 1907, é considerada a primeira publicação especificamente dedicada aos castros, embora o autor lhes atribua a categoria de fortalezas.

A etapa compreendida entre os princípios do século XX e a Guerra Civil espanhola proporcionou as primeiras escavações sistemáticas levadas a efeito em castros, fruto do trabalho do *Seminário de Estudos Galegos*, criado em 1923. A partir de 1914, iniciou-se, também, as escavações em Sta. Tecla, que continuaram até 1923 (CALVO 1914, 1920, 1924).

De entre os diversos objectivos que pautaram a criação do *Seminário de Estudos Galegos* há a destacar a criação de uma terminologia científica (BOUZA BREY 1926), a criação das bases para o levantamento dos castros existentes e, posteriormente, a elaboração de uma síntese sobre o que se conhecia até então sobre a Cultura Castreja.

No pós Guerra Civil retomam-se as escavações em povoados bem conhecidos como: Baroña, Borneiro, Castromao, Elviña, O Neixón, Troña, Vigo e Viladonga.

Em 1944, é criado o *Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos*, onde continuarão alguns dos investigadores do *Seminario*, que edita os *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Alguns dos nomes de maior destaque pela obra que produziram são os de F. Lopez Cuevillas (1933; 1947; 1951, 1953, 1989), Maluquer de Motes (1973; 1975b; 1987-88) e Taboada Chivite. O primeiro escreve, em 1953, a obra *La civilización céltica en Galicia*, ainda hoje considerada, pelo menos em alguns aspectos, uma obra de consulta obrigatória.

Na década de 80 do século XX, sobretudo devido à actividade dos novos arqueólogos saídos das universidades, verifica-se um incremento das investigações. Durante este período desenvolvem-se escavações em diversos povoados, alguns em continuidade, outros pela primeira vez, evidenciando-se as levadas a efeito em Troña, Vigo, Torroso, Sta. Tecla, Penalba, Viladonga, Baroña, Borneiro, Castromao, San Cibrán de Lás y A Graña.

As escavações de Torroso, Penalba e A Graña tiveram o mérito de anteciparem para os séculos VIII-VII a.C. a ocupação dos povoados fortificados da Idade do Ferro, enquanto que outras, como as realizadas na Citânia do Monte Mózinho, na área portuguesa, e em Sta. Tecla e San Cibrán de Lás, na área galega, revelaram as transformações deste tipo de povoados no período posterior ao contacto com os romanos.

As publicações editadas apresentam muitas vezes um carácter monográfico, baseado no estudo de um povoado em particular, enquanto outras, desenvolvem uma análise espacial ao povoamento na Idade do Ferro, como, por exemplo, as obras dedicadas a diversas áreas geográficas da Galiza: Trasdeza, Viana do Bolo, região ocidental da Corunha (AGRAFOXO PÉREZ 1989), Santiago de Compostela, entre outros. Existem ainda outras obras que se dedicam ao estudo de temas diversos relacionados com a cultura castreja como a arquitectura (ROMERO MASIÁ 1976; CARBALLO ARCEO 1996), o estudo evolutivo dos povoados (ACUÑA CASTROVIEJO 1977; FARIÑA BUSTO 1983), os povoados e a sua relação com os sistemas de exploração mineira (LUZÓN *et alii* 1980), ou, ainda, a revisão dos conhecimentos sobre a Cultura Castreja (PEREIRA MENAUT 1983; CALO LOURIDO 1993; HIDALGO CUÑARRO 1996; FERNÁNDEZ-POSSE 1998).

Ao longo dos tempos, como vimos, várias discussões têm motivado os investigadores no sentido de encontrar soluções para os diversos problemas que o estudo da Idade do Ferro do nordeste e noroeste peninsular tem levantado. Um deles está relacionado com a área de implantação da cultura representativa desta época cronológica no norte de Portugal e na Galiza, e com os povos que teriam ocupado essa área. Actualmente, embora já não suscitem tantos debates, são problemas que continuam em aberto, uma vez que não estão, na realidade, solucionados.

Outro problema que, de igual forma, tem levantado questões pertinentes é o da origem da planta circular das habitações e a sua evolução formática. Este tema, tal como a petrificação das estruturas caracterizou grande parte da literatura sobre a Cultura Castreja, desde Cuevillas até aos anos oitenta do século passado.

Nos últimos anos, os arqueólogos tem posto em causa inclusivamente a utilização indiscriminada dos termos *castro* e *cultura castreja* (HÖCK 1980; MARTINS, 1988; 1990), uma vez que, os povoados do Bronze Final e os característicos da Idade do Ferro reflectem realidades diferentes - daí não poderem ser denominados da mesma forma e, evidentemente, não poderem ser englobados numa mesma cultura, como se tem vindo a fazer.

Tradicionalmente, o termo *Castro* definia um povoado amuralhado, com construções pétreas, localizado geralmente em altura, com um grande desenvolvimento durante a Idade do Ferro (LÓPEZ-CUEVILLAS 1989; 1990).

À visão reducionista do passado, opõem-se outras, como a de Júlio Carballo Arceo, -que partilhamos para quem o castro deve ser entendido como um território muito mais amplo. Nesta perspectiva consideramos mais correcto designar o castro como povoado fortificado da Idade do Ferro, enquanto não se encontre outra definição que seja por si só muito mais abrangente e que inclua o espaço habitacional, a área defensiva e a sua envolvente, algo como povoado fortificado da Idade do Ferro e seu território ou sua área de influência. Povoado fortificado é, também, uma definição mais ampla, no sentido de incluir as várias designações que tradicionalmente se utilizam (castro, citânia, cidade). Pretende englobar todos os tipos de locais habitados durante a Idade do Ferro, independentemente do

seu tipo construtivo, dimensões e sistema defensivo (ainda que fosse por defesas naturais) mas que, cronologicamente, teriam emergido nas épocas de transição Bronze/Ferro, na Idade do Ferro, ou Ferro/Romanização. Mesmo assim, como referimos, não é suficientemente abrangente, sobretudo no que diz respeito à sua realidade envolvente.

Parece haver, contudo, um consenso recente entre os diversos estudiosos de que a investigação sobre o fenómeno castrejo, considerados os poucos elementos disponíveis, a grandeza da área geográfica de implantação deste fenómeno, a sua longa perduração no tempo, a falta de investigações em grande parte do território e a cada vez mais frequente ocorrência de particularidades distintivas de cada nova área em estudo, que colocam novas questões, não permite qualquer tentativa de sistematização com pretensões globalizantes.

Não obstante todos os estudos que se têm desenvolvido, sobretudo na área galega, não se pode considerar que actualmente as investigações relacionadas com os povoados fortificados da Idade do Ferro tenham atingido um ponto de saturação. Pelo contrário, apesar de se terem conseguido grandes avanços no conhecimento da fase inicial desta cultura, e do seu em contacto, no final, com o mundo romano, todo o desenrolar das fases intermédias apresenta-se ainda muito confuso, sobretudo pelas diversas *nuances* que estas fases desenvolveram consoante as diversas áreas geográficas onde se situam os povoados.

Dolores Fernández-Posse (1998) considera que, nas últimas décadas, os conhecimentos sobre esta cultura não evoluíram significativamente, na medida em que - segundo defende -, não é teorizando pormenorizadamente sobre as estratigrafias associadas à procura de datas de radiocarbono cada vez mais antigas que se vão solucionar os problemas evolutivos. A falta de uma base teórica sólida e de uma metodologia conveniente dificultou os trabalhos dos arqueólogos de outros tempos, se assim não fosse estes teriam evoluído mais no conhecimento do que o que se conseguiu com os projectos actuais, que beneficiam de uma evolução metodológica outrora inexistente.

No decorrer das duas últimas décadas, a investigação sobre os povoados fortificados do noroeste peninsular, sobretudo no caso português, tem feito bastantes progressos mercê de uma série de projectos de investigação que se dedicaram a este tipo de comunidade. Infelizmente, nos últimos anos, essa investigação sofreu um abrandamento significativo, não estando a decorrer, tanto quanto julgamos saber, qualquer projecto de investigação cuja temática esteja especificamente relacionada com os povoados fortificados da Idade do Ferro do noroeste português. Facto, que derivará, eventualmente, de uma política cultural e orçamental incorrecta, fomentada pelos últimos governos, em que os financiamentos a projectos de investigação são muito baixos ou nulos. Por outro lado, a chamada arqueologia de gestão tem dado os seus frutos, através dos diversos projectos de valorização de povoados deste âmbito cronológico.

Outro tipo de investigação, de que raramente se vêem os resultados, é a que resulta dos trabalhos da arqueologia empresarial, - acompanhamentos, estudos de impacte, escavações diversas -, embora com pouca incidência nestes povoados.

Infelizmente, também na Galiza, nos últimos anos, a arqueologia de investigação tem dado lugar às escavações de emergência, aos estudos de impacte, à arqueologia de gestão, a qual embora necessária, têm prejudicado o evoluir das investigações, dos projectos de investigação e das escavações sistemáticas. Esta panorâmica pouco animadora é ainda agravada pela diminuição de publicações ou no caso

das intervenções da arqueologia de gestão pela sua ausência, resultando num desconhecimento por parte dos investigadores do que de realmente se passa em termos de novas descobertas (ACUÑA CASTROVIEJO 1996; PEÑA SANTOS 1996).

Outro elemento que tem levado “ao perigoso entorpecimento em que se encontra a Arqueologia Galega em geral e, em particular (...), a relacionada com o mundo castrejo (...) é o celtismo como sinal de identidade galega (PEÑA SANTOS 1996, 67), fruto também, no dizer deste autor, da “proliferação galopante da literatura arqueológica pseudocientífica (...) que veio encher o profundo buraco criado pela ausência de procura da sociedade de informação, devido ao descrédito da produção “oficial” e a recusa, por inteligível e pelo aborrecido, do discurso dos diversos arqueólogos” (*id.*, *ib.*).

2. OS MODELOS INTERPRETATIVOS SÓCIO-CULTURAIS E A EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA

Os modelos utilizados em Arqueologia foram importados, regra geral, das Ciências Sociais. São representações do passado resultantes da metodologia utilizada no processo de investigação e refletem, no fundo, a capacidade de cada investigador para construir teoricamente esse passado.

No que respeita ao tema em análise, designadamente os modelos interpretativos sócio-culturais relativos à Cultura Castreja, verifica-se que tanto investigadores portugueses como espanhóis, trabalham e escrevem sem optarem por qualquer tipo de corrente teórica, ainda que se debrucem, naturalmente e cada vez mais, sobre os modelos interpretativos e evolutivos desta cultura.

Os estudos sobre a Idade do Ferro ocorrem a partir do século XVI e tem continuidade no século seguinte, configurando-se o que se poderá designar de primeiro modelo interpretativo, embora se verifique uma reduzida coerência das explicações, dado que os estudos dessas épocas derivam da curiosidade de alguns eruditos sobre a monumentalidade das ruínas dos castros aos quais eram atribuídas cronologias diversas, designadamente romanas, e a funcionalidade de fortalezas.

O modelo seguinte corresponde cronologicamente ao século XIX e deriva da corrente caracterizadora de toda a cultura de então, o Romantismo. É nesta época que, pode-se considerar, se dá o nascimento da arqueologia dos castros, especialmente com os trabalhos de Francisco Martins Sarmento. Preconizando ideais tradicionalistas e patrióticos é criado o conceito de “cidades mortas”, no sentido da procura das origens das diversas regiões. Os estudos são, assim, imbuídos de um carácter regionalista amador, resultante do isolamento dos diversos investigadores, que infelizmente, só é ultrapassado nos anos oitenta do século XX.

O terceiro modelo, apelidado de histórico-culturalista ou historicista, tem as suas balizas cronológicas nos anos 20 e 30 do século XX. Em termos conceptuais, podemos falar de uma reflexão sobre a identidade e os particularismos regionais, cujo pioneiro foi P. Bosch Gimpera (1932; 1933; 1939; 1942), que apresentou o primeiro modelo interpretativo coerente, nascido da grande quantidade de achados que iam surgindo e para os quais os investigadores apenas procuravam filiações étnicas. Este autor não só sistematizou a cultura dos castros, posteriormente apelidada de Castreja, como lhe atribuiu uma cronologia, inserindo-a na Idade do Ferro Peninsular e considerando-a uma cultura de tradição pós-hallstática, dadas as características das armas e das peças de ourivesaria conhecidas. Organizou,

igualmente, os dados existentes sobre a Cultura do Bronze do Sudoeste, mais tarde designada de Cultura do Bronze Atlântico (actualmente também questionada), pelo que eram estas duas culturas que caracterizavam o noroeste ibérico no I milénio a.C..

A partir daqui, durante cerca de cinquenta anos, houve, a preocupação essencial de caracterizar a cultura material castreja, definir a sua área geográfica, os grupos étnicos que a ocupavam e perspetivar a sua evolução cronológica, tendo F. Lopez Cuevillas sido um dos maiores sistematizadores dos diversos temas, sobretudo nos anos 50. Nesta lógica, todos os assuntos eram estudados num esforço de sistematização, procurando-se o traço comum que cada tópico desta cultura teria, por exemplo, em termos de arquitectura, arte decorativa arquitectónica, escultura, monumentos com forno, metalurgia, cerâmica, ourivesaria, etc.

Pela falta de metodologia que persistiu até aos anos 80, os estudos eram baseados num enquadramento cronológico relativo e não absoluto, no qual o contexto estratigráfico não era considerado.

A Cultura dos Castros foi, pois, definida com base num conjunto de vestígios materiais, provenientes dos castros mas, regra geral, descontextualizados. De resto, o esquema cronológico-evolutivo era baseado no estudo dos fósseis directores, que justificavam todas as migrações, conquistas, em suma, todas as influências externas.

O Castro era tido como uma povoação com casas redondas, em pedra, fortemente amuralhada, situada no alto de um monte e, cuja origem se deveria à invasão indo-europeia dos Sefes (na primeira metade do séc. VI a.C.), como defende L. Cuevillas (1953 [1989] 37 e 332), povo esse referido por Avieno na “Ora Marítima”.

Paralelamente, tentava-se definir os povos que o habitavam e a sua evolução social, sobretudo através das fontes literárias clássicas e da linguística, concedendo-se um grande destaque à celtização do noroeste, a qual gerou – e ainda continua a gerar - abundante bibliografia.

Deste modo, criaram-se estereótipos desta “Cultura” que ainda hoje perduram em diversos meios, designadamente nos manuais escolares, onde se defende, basicamente, a existência de uma cultura céltica, que povoou aldeias do tipo castro, por todo o noroeste peninsular, uma área limitada por fronteiras mais ou menos rígidas, com grande uniformidade, durante a Idade do Ferro. Uma ideia que deriva sobretudo da sistematização da literatura clássica, do estudo de grandes povoados como Briteiros, Sanfins, Mózinho, Santa Tecla entre outros, e cuja cronologia, sabemos hoje, é bastante tardia e, de forma alguma, caracterizadora de toda a evolução da ocupação do noroeste peninsular durante a Idade do Ferro.

Segundo esta corrente historicista, a emergência da cultura castreja, as alterações, a evolução cronológica derivam, essencialmente, numa atribuição reducionista, de modelos migracionistas, invasionistas ou difusionistas. Nesta perspectiva, podemos identificar, grosso modo, quatro grandes grupos de opiniões sistematizadoras desta “Cultura” e da sua evolução cronológica aos quais nos anos 90 se associam outras, que no entanto já não se enquadram no âmbito desta corrente.

No primeiro grupo incluímos investigadores como P. Bosch Gimpera (1932; 1933; 1939; 1942), Santa Olalla (1946), F. Lopez Cuevillas (1953 [1989], 1954), Blanco Freijieiro (1960) e Mário Cardoso (1962) que justificam a emergência e evolução cronológica e cultural do noroeste com base em

invasões indo-europeias e célticas, pautando-se a sua evolução posterior por influxos externos, designadamente hallstáticos e romanos.

Num segundo grupo, ideologicamente muito próximo do anterior, temos investigadores como C. Hawkes (1971), novamente Mário Cardoso (1958), C. A. Ferreira de Almeida (1983, 1983a, 1986), A. Castroviejo (1977), A. Tranoy (1981) e Armando Coelho (Silva 1986). Defendem que a evolução de alguns elementos culturais deriva de alterações internas. Também, e simultaneamente, que a emergência e as alterações significativas são justificadas pelas influências hallstáticas e pela conquista romana.

No terceiro grupo, incluem-se aqueles que enquadram a emergência dos castros no contexto do Bronze Final. O percursor desta corrente foi J. Maluquer de Motes (1973), que nos anos 70, considerou a evolução dos povoados como resultado de um processo cultural local, favorecido por uma adaptação particular ao meio (MALUQUER DE MOTES 1973).

Nos anos oitenta e posteriores diversos investigadores, na sequência do defendido anteriormente, entendem a emergência dos povoados castrejos como resultado do desenvolvimento da metalurgia do bronze, evidentemente enquadrados nas características geomorfológicas do noroeste peninsular. Esta nova teoria ganha força através das primeiras datações de C14 que antecipam para a primeira metade do I milénio a.C. a cronologia de alguns povoados como o Coto da Pena (SILVA 1986), S. Julião e Barbudo (MARTINS 1990). Armando Coelho Ferreira da Silva por utilizar uma série de elementos externos para justificar a evolução da Cultura Castreja (nomeadamente de origem atlântica, centro europeia, meridional e romana) é o principal representante desta corrente historicista, sendo o seu esquema evolutivo o mais conhecido e citado.

O quarto grupo, por último, é fruto das investigações posteriores aos anos oitenta que originaram novas interrogações. Os seus mentores são bastante críticos em relação aos modelos defendidos anteriormente, e valorizam mais a evolução cronológica, política, económica, social e cultural, inserida no contexto geomorfológico e ambiental de cada sociedade. Valorizam, em suma, a totalidade do registo arqueológico.

Trata-se de um modelo mais positivista, na medida em que recorre à contextualização estratigráfica, às datações por radiocarbono, às análises antracológicas, carpológicas, palinológicas e edafológicas, ao estudo dos povoados mediante a utilização de modelos de arqueologia espacial, nomeadamente o estudo da evolução dos processos económicos e sociais das comunidades da Idade do Ferro e sua inserção na evolução da paisagem (CARBALLO ARCEO 1996a; 1997).

Na Galiza desenvolveram-se diversas investigações enquadráveis nas teorias interpretativas da Arqueologia da Paisagem (CRIADO BOADO 1993a; 1993b), e estudos aplicados, designadamente na província da Corunha (PARCERO OUBIÑA 1995). A estes foram associadas também novas metodologias apoiadas no emprego de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), de forma a definir os diversos modelos de ocupação nas várias fases da Idade do Ferro (PARCERO OUBIÑA 2000).

Em termos histórico-evolutivos, a sequência passa a ser menos segmentada por factos históricos e artefactos, mais conforme aos processos de dinâmica económica e social da Nova História. Esta nova perspectiva, que permanece até à actualidade, não rejeita obviamente as influências externas. Olha para os produtos alógenos como elementos dinâmicos, produto de relações inter-regionais e extra-

regionais, ao mesmo tempo motores de alterações e mudanças no seio da comunidade autóctone, já que muitas vezes são o motivo da produção de excedentes ou do seu aumento, por exemplo, no que respeita a extracção de minérios para troca com os produtos vindos do exterior. Com esses produtos viajam, evidentemente, ideias e tecnologias.

Cada vez mais se aposta na explicação da emergência dos povoados fortificados, nos inícios do I milénio a.C., como resultado de diversos contextos geomorfológicos, no quadro do desenvolvimento económico agro-pastoril e metalúrgico, e da complexificação social que se terá generalizado nesta época.

Os bens de prestígio não parecem ser apenas os objectos materiais mas também, como desde outras épocas até à actualidade, a posse da terra - um factor preponderante no sentido da monumentalização dos povoados, como elemento de ostentação de poder e de controlo de demarcação territorial de visibilidade que se terá desenvolvido.

É muito interessante verificar a diversidade de novas teorias resultantes das diversas perspectivas pós anos 80/90 como, por exemplo, as de alguns autores que defendem que a expedição de Décimo Júnio Bruto (em 138-136 a.C.) terá funcionado como um motor de desenvolvimento da região, nos finais do milénio.

Quanto a nós, terá sido um motor de união entre os povos autóctones e, em algumas zonas, motor de transformação em consequência das novidades trazidas pelos romanos. Contudo, esse desenvolvimento coincidente com a última fase da Idade do Ferro, verificou-se apenas em determinados locais, pois em outras zonas as transformações resultaram na criação de povoados relativamente diferentes, mais pequenos e camuflados na paisagem, como aconteceu na área da bacia superior do rio Coura, eventualmente com alterações que se reflectem na cultura material, mas não nas habituais formas de desenvolvimento e de prosperidade características de povoados de grande envergadura e de longa duração como Sanfins, Briteiros ou Santa Tecla. Esse grande desenvolvimento com a existência de povoados dominantes aconteceu em fases anteriores na área da bacia superior do rio Coura e, ainda que parcialmente, na bacia do rio Minho.

Apesar de muitos autores terem apresentado várias cronologias e opções de evolução sobre a Idade do Ferro, este é um dos problemas que permanece em aberto.

A maioria dos autores portugueses divide esta cultura em três ou cinco etapas cronológicas: Carlos A. F. de Almeida (1983) apontou cinco períodos de desenvolvimento e evolução da “Cultura Castreja”: o *Pré-Castrejo*, o *Castrejo Antigo*, o *Médio*, o *Recente* e o *Final*; Armando C. Silva (1986, 65) sugere três períodos para a Idade do Ferro, cada um deles subdividido em duas fases; Manuela Martins (1990, 113) indica quatro etapas e Jorge Alarcão (1992, 43) três.

A síntese das diversas teorias elaborada por Felipe Árias Vilas (1996) é bastante interessante, na medida em que caracteriza, quase século a século, os elementos mais marcantes de cada período. Além disso, faz terminar o “Castrejo Final” em época bastante tardia (século V d. C.) o que, a nosso ver, será mais condizente com a realidade das diversas regiões, do que as posições que colocam o fim do castrejo no século I d.C..

Parece-nos que este processo foi muito mais lento do que o que se tem referido ao longo dos tempos, pois, se o abandono da maioria dos povoados é uma realidade, o *modus vivendi* autóctone continua - ainda que com alterações resultantes do contacto com os romanos - até épocas tardias, embora possa não atingir o século V como Árias Vilas propõe. O final da cultura castreja varia conforme as zonas e o respectivo interesse que os romanos manifestavam por cada uma em particular.

O incremento da quantidade e da qualidade das escavações arqueológicas realizadas na última década traduziu-se num avanço significativo em termos de obtenção de dados cronológicos. Se até recentemente se considerava que estes povoados tiveram o seu início no século VII a.C. (FARIÑA BUSTO *et alii*, 1983), a escavação de novos assentamentos, como Penalba (ALVAREZ NÚÑEZ 1986) e Torroso (PEÑA SANTOS, 1982), associada aos resultados das investigações desenvolvidas no norte de Portugal, permitiu antecipar a cronologia inicial dos povoados fortificados para o século VIII a.C., existindo alguns cuja datação aponta para finais do século IX a.C. (CARBALLO ARCEO e FÁBREGAS VALCARCE 1991).

Uma síntese de diversos autores permite-nos verificar a problemática que se coloca face ao estabelecimento da cronologia inicial desta etapa. O início estipulado por cada autor é, por consequência, muito variável:

- Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1983) - finais do século IV a.C.;
- Armando Coelho F. Silva (1986) - século VI a.C.;
- Manuela Martins (1990) - época de transição entre os século VI / V a.C.;
- Jorge Alarcão (1992) - século VII a.C.;
- Xulio Carballo Arceo (1990) - século V a.C.;

As perspectivas mais recentes dos arqueólogos ditos processualistas, designadamente Ana Bettencourt, Brochado de Almeida e A. Dinis no caso português e Júlio Carballo Arceo, na Galiza, admitem para o norte de Portugal e para a Galiza a existência de diversas assimetrias, pelo que a Idade do Ferro terá surgido e desenvolvido de forma diferente nas várias áreas geográficas, apontando-se uma origem mais antiga para as áreas litorais e uma mais recente para as zonas interiores: segundo quartel do I milénio a.C. (BETTENCOURT 2001) e primeira metade do século IV a.C. (CARBALLO ARCEO 1990), respectivamente.

Se as etapas cronológico-culturais sugerem interpretações diferentes dos diversos autores, também o modelo teórico sobre o povoamento -nomeadamente no que diz respeito ao plano económico e social- difere. Armando Coelho Silva (1992), Manuela Martins (1990; 1996) e Jorge Alarcão (1992; 1996) consideram que a relativa pobreza do registo arqueológico da Idade do Ferro Inicial deriva de uma recessão e mesmo de um retrocesso em relação às sociedades do Bronze Final, no que respeita à metalurgia do bronze, à agricultura e ao intercâmbio supra-regional.

Contudo, outro grupo de arqueólogos, como J. Carballo Arceo (1989; 1990) e A. Peña Santos (1992) considera que, na Galiza, e na mesma época, ocorre uma intensificação da agricultura e um incremento de contactos supra-regionais, designadamente entre o noroeste e a área meridional. Da mesma ideia partilham Ana Bettencourt (2001) e Francisco Queiroga (1992), que defendem não ter havido uma recessão da metalurgia do bronze uma vez que são os objectos desta liga que dominam praticamente toda a Idade do Ferro “até ao século I a. C.” (BETTENCOURT 2001, 45). Estes elementos são igualmente comprovados pelas escavações que desenvolvemos nos povoados fortificados de Cossourado

(Figs. 1 a 4) e Romarigães (Figs. 5 e 6) na bacia superior do rio Coura (concelho de Paredes de Coura, Alto Minho).



Figura 1 - Fotografia aérea do povoado fortificado de Cossourado, vendo-se as estruturas defensivas.



Figura 2 – Perspectiva norte do povoado fortificado de Cossourado.



Figura 3 – Cabanas reconstruídas do povoado fortificado de Cossourado.



Figura 4 – Estruturas restauradas do sector A do povoado fortificado de Cossourado.

Sobre a agricultura, através da síntese elaborada por Ana Bettencourt (2001), considera-se a existência de “um dinamismo agro-silvo-pastoril crescente que, embora a ritmos distintos, de região para região, terá focado todo o noroeste Português” (2001, 44 e 45) e peninsular. A mesma autora comprova, igualmente, a inexactidão referida em relação ao enfraquecimento do intercâmbio supra-regional. Além da sua manutenção, defende mesmo o seu crescimento nesta época e em épocas posteriores, tanto na bacia do rio Coura, como na bacia do rio Minho e em toda a área litoral do noroeste penin-

sular, onde os diversos autores vão registando cada vez mais artefactos que se convencionou designar de importação. É o caso de cerâmicas com motivos estampilhados, cerâmicas púnicas, áticas, vidros, fíbulas designadas de tipo Santa Luzia e anulares hispânicas, objectos e técnicas da metalurgia do ferro e matérias-primas, como sílex e chumbo.

Os estudos da última década tiveram como factor preponderante a associação dos estudos arqueológicos com os resultantes das análises paleoecológicas, com a elaboração de novos modelos interpretativos resultantes do estudo de novos povoados até então nunca intervencionados e com a cultura material obtida – de onde resultaram novas e diversificadas teorias explicativas.



Figura 5 – Taludes de defesa do povoado fortificado de Romarigães.



Figura 6 – Estruturas do povoado fortificado de Romarigães.

2.1 As fases radiocarbónicas

O crescente interesse pelo estudo dos povoados e a utilização de métodos de datação absoluta, designadamente os radiocarbónicos (C14), têm proporcionado resultados diversos, tendo sido neste domínio, aliás, que as mudanças se têm feito sentir de forma mais evidente, não tanto pela quantidade das séries (no caso português as séries castrejas ainda são escassas) mas porque várias datações anteciparam, a antiguidade dos povoados fortificados da Idade do Ferro, ajudando a sublinhar as teorias que defendiam a sua emergência no Bronze Final, ainda que o registo arqueológico seja pouco claro. Por outro lado, parecem indicar o fraco desenvolvimento da Idade do Ferro na sua fase final, concretamente no contacto com o mundo romano.

A catalogação que fizemos de grande parte das datações radiométricas efectuadas em povoados do noroeste português (Quadro I), mediante o recurso a diversa bibliografia, permitiu coligir uma série de 32 datas, para além, das 10 inéditas que apresentamos referentes aos povoados por nós estudados em Paredes de Coura (Cossourado, Romarigães e Cristelo – Figs. 7 e 8), perfazendo, assim, um total de 42.



Figura 7 – Estrutura 1 do povoado fortificado de Cristelo.



Figura 8 – Sobreposição de estruturas das duas fases de ocupação do povoado fortificado de Cristelo.

A estas datações, devidamente calibradas (na maioria dos casos pela curva de Stuiver e Pearson (1993)) e, sempre que possível, considerados os seus contextos arqueológicos, foram retiradas aquelas que os diversos autores refutam em relação ao registo arqueológico.

Se agruparmos as datas radiocarbónicas B.P e os seus intervalos pela ordem cronológica (Gráfico I) - seja em datas radiocarbónicas B.P. ou datas históricas -, essas datas articulam-se em grupos que nos permitem retirar algumas conclusões, ainda que possam não ser acompanhadas pelo registo arqueológico actualmente conhecido. O gráfico respeitante às datas convertidas (Gráfico II) permite-nos, naturalmente, uma análise mais rápida e uma articulação mental e cronológica mais simples.

Mediante a análise dos gráficos é possível agrupar algumas datas e consequentemente alguns povoados que parecem definir, mais numas épocas que noutras, diversas etapas cronológicas que se organizam, genericamente, em cinco grupos, dentro dos quais se observam algumas variações. Este esquema evolutivo apresenta-se relativamente diferente dos habitualmente defendidos para a evolução da Cultura Castreja.

No primeiro grupo temos os povoados com níveis mais antigos, como S. Julião, Santinha, Barbudo, Cabanas e Coto da Pena, correspondentes ao intervalo compreendido entre o século X e meados do IX, ou seja, ao período de tempo atribuído ao Bronze Final. Neste grupo de datas registam-se, aparentemente, três subgrupos: um mais antigo, entre 980 e 940 a.C., que inclui os povoados de Coto da Pena e S. Julião; um outro intermédio, entre 890 e 878, relativo a S. Julião e Santinha; e, um mais recente, entre 850 e 843, relativo aos povoados da Santinha e de Cabanas.

No segundo grupo surgem os povoados de Santinha, S. Julião, Barbudo, Castelo de Matos, Cossourado, Senhora da Guia e Ermidas. É o grupo que possui maior quantidade de datas e cronologicamente está compreendido entre o século IX e o VIII, período que podemos considerar como relativo aos inícios da Idade do Ferro. Estranhamente, apenas neste grupo aparecem pela primeira vez os povoados cronologicamente atribuídos ao Bronze Final, como o de Castelo de Matos, em Baião, e o da Senhora da Guia, em S. Pedro do Sul. Trata-se de um grupo mais homogéneo que o anterior, mas que também poderia ser subdividido em dois ou três grupos; essa subdivisão, no entanto, tal como as anteriores, não nos traria qualquer informação adicional.

O terceiro grupo é aquele em que as datações apresentam menos unidade entre si, e intervalos muito longos, e que, tradicionalmente, coloca mais problemas aos técnicos de datações. Situa-se cronologicamente entre os séculos VII e V, período onde se enquadram algumas das datações referentes aos povoados da bacia superior do rio Coura, como Cossourado e Romarigães, e as estações como Romariz, Vasconcelos, Ermidas e S. João de Rei. São cronologias que se inserem no que podemos designar por Castrejo Antigo.

Um quarto grupo que, ao contrário do anterior, é o mais uniforme da série de datações situa-se entre 290 e 210 a.C. (século III), e corresponde ao período onde se enquadram os povoados de Cossourado, Romarigães, Santo Estevão da Facha e S. João de Rei. Correspondente a uma fase a que podemos chamar de Castrejo Médio.

Tal como na Galiza (REY CASTIÑEIRA 1996), o povoamento castrejo parece entrar em decadência a partir do século II a.C.. Nesta seriação cronológica estão totalmente ausentes as datas referentes a esse intervalo de tempo (século II a.C.) e que formariam o quinto e último grupo, correspondente ao

início da fase final da Idade do Ferro. Apenas existem duas datas relativas ao povoado de Cristelo (Paredes de Coura), atribuíveis ao século I a.C..

Supomos que, pelo menos na área portuguesa, não foram publicadas datações de povoados de cronologia recente, quando, na verdade, sabemos que existem vários. Estranhamente, também o século IV não apresenta qualquer datação.

Posto isto, podemos considerar esta seriação radiocarbónica como um indicador de localização no tempo de cada povoado ou das suas diversas fases de ocupação, um auxiliar precioso dos diversos esquemas evolutivos dos povoados fortificados da Idade do Ferro, não devemos, no entanto, tomá-la como uma base dos estudos e, muito menos, o alicerce das periodizações de qualquer esquema evolutivo.

Apesar de que nos últimos tempos os estudos parecem centrar-se no facto de que diversos autores quererem, de alguma forma, apresentar novidades, sobretudo no que diz respeito à evolução cronológica da cultura castreja, e, especialmente, em relação à época da sua emergência. Assim, alguns autores aceitam o aparecimento dos castros no Bronze Final e, conseqüentemente, a sua grande antiguidade, enquanto outros defendem que a cultura castreja apenas ocorre no momento em que se inicia a petrificação das estruturas (século IV para uns século VI a. C. para outros). Outros investigadores, como Ana Bettencourt (2004a; 2004b), apontam o início da cultura castreja apenas para o século IV a.C., ou, numa versão mais recente, para os primeiros séculos da romanização, excluindo praticamente a existência de uma Idade do Ferro e de uma cultura castreja.

Gráfico I

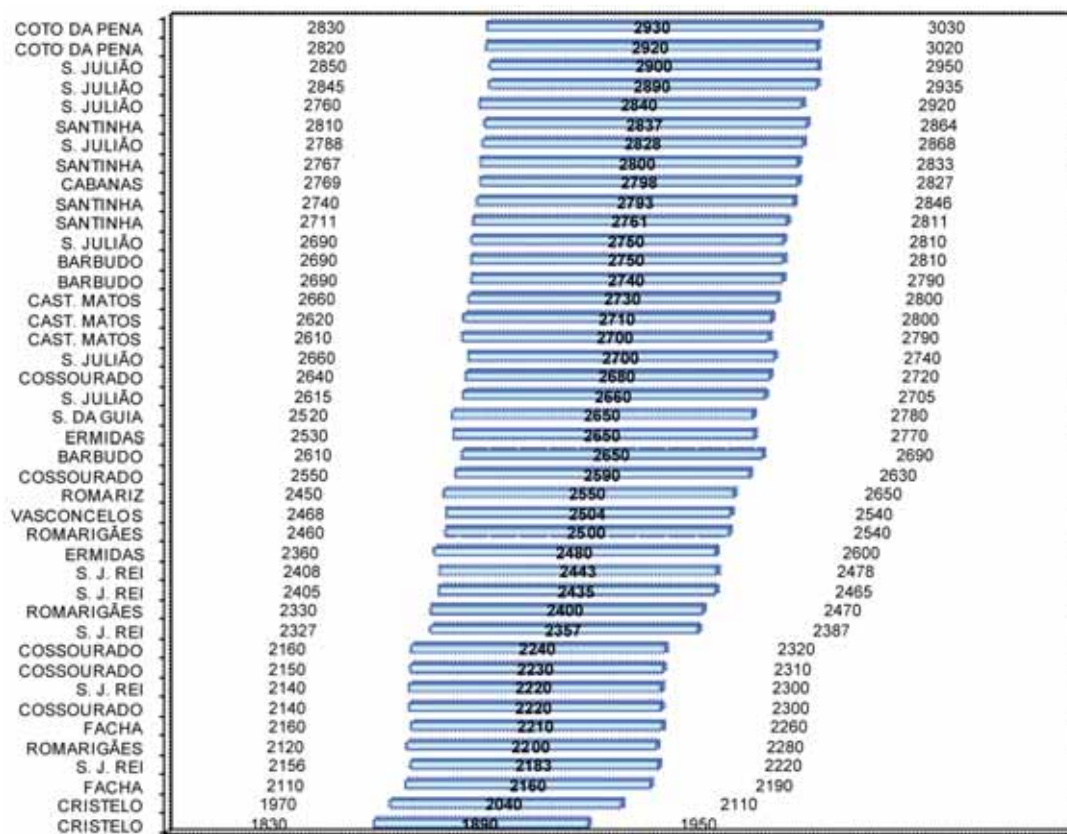
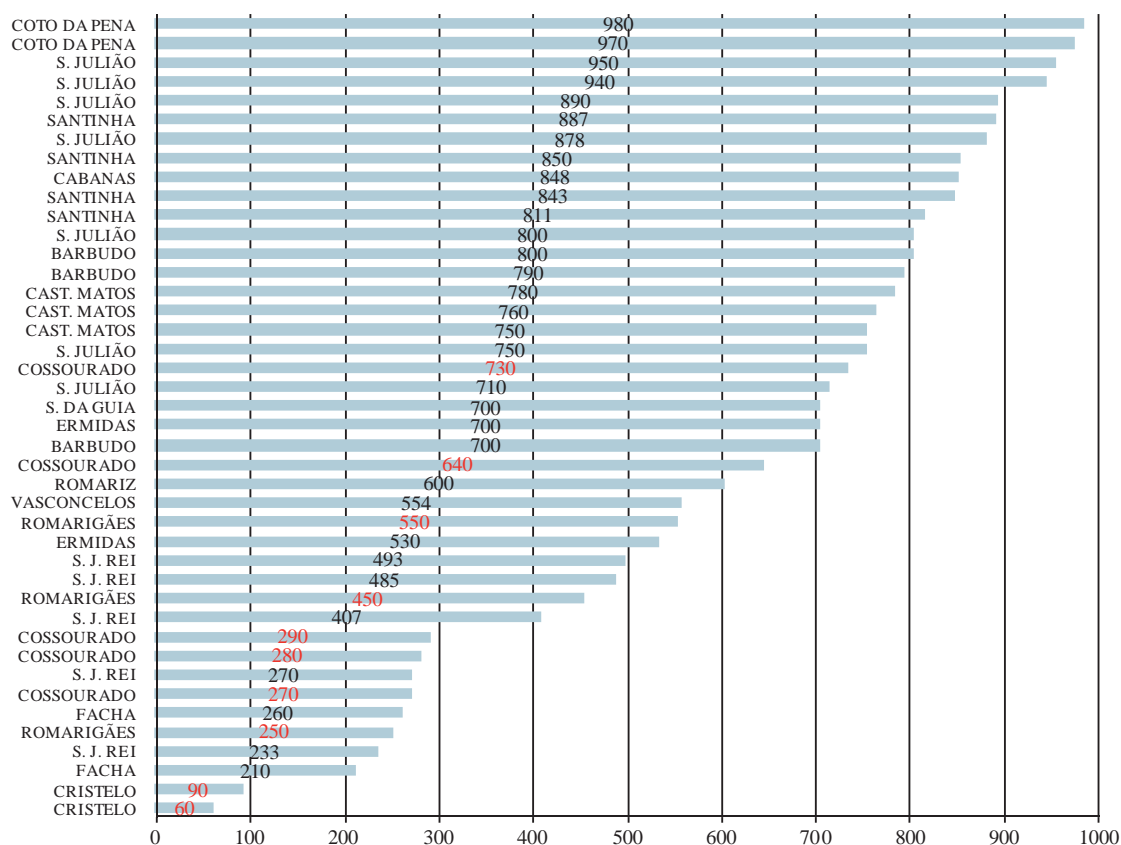


Gráfico II



Quadro I – Datações radiométricas dos povoados do noroeste português

Proveniência Contexto (estratigrafia, estrutura, quadrado)	Referência do laboratório Datação C14 (B.P.) Conversão	Datas Calibradas Intersecções; 2 sig- ma-cal AC	Tipo de amostra	Bibliografia	Observações
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 94A - Quadrado M0 (cama- da 3) Interior da cabana 1	UGRA-503: 2220 ± 80 Entre 350 e 190 a.C. Sécs. IV e II a.C.	Intersecções: 353, 304, 208 cal AC 2 sigma (95,4%): 400 – 58	Bolotas de car- valho carboniza- das	–	–
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 94A - A0/AA0 (2) Interior da cabana 1	UGRA-505: 2240 ± 80 Entre 370 e 210 a.C. Sécs. IV e III a.C.	Intersecções: 361, 282, 257 cal AC 2 sigma (95,4%): 411- 47	Tipo de giesta; Quercus suber (sobreiro); Sambucus sp. (sabugueiro); Pistacia lentiscus (lentisco)	–	–
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 97D - GO (3) Parte interna da muralha	UGRA- 556 2230 ± 80 Entre 360 e 200 a.C. Sécs. IV e II a.C.	Intersecções: 357; 288; 250 cal AC 2 sigma (95,4%): 404- 55	Madeira carbo- nizada	–	–

COSSOURADO - Paredes de Coura COS 95A - Q5 (3) Interior da cabana 5	Sac-1505: 2590 ± 40 Entre 680 e 600 a.C. Sécs. VII e VI a.C.	Intersecção: 795 cal AC 2 sigma: 815-762; 622-599 cal AC	Bolotas carbonizadas	-	-
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 96C - B3 (3) Interior da cabana 1C	Sac-1493: 2680 ± 40 Entre 770 e 690 a.C. Sécs. VIII e VII a.C.	Intersecção: 818 cal AC 2 sigma: 903-796 cal AC	Madeira carbonizada	-	-
ROMARIGÃES - Paredes de Coura ROMA 94A - N2 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-502: 2400 ± 70 Entre 520 e 380 a.C. Sécs. VI e IV a.C.	Intersecção: 407 cal AC 2 sigma (95,4%): 771 – 369	Quercus sp. caducifólio (carvalho)	-	-
ROMARIGÃES - Paredes de Coura ROMA 93A - M0 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-50 2200 ± 80 Entre 330 e 170 a.C. Sécs. IV e II a.C.	Intersecções: 337, 324, 202 cal AC 2 sigma (95,4%): 393 – 50	Populus sp. (choupo ou álamo)	-	-
ROMARIGÃES - Paredes de Coura ROMA 96A - M2 (3) Dentro da cabana 1	Sac-1494: 2500 ± 40 Entre 590 e 510 a.C. Séc. VI a.C.	Intersecções = 760; 672; 665; 632; 592; 584; 560 cal AC Para 2 sigma = 793 - 411 cal AC	Madeira carbonizada	-	-
CRISTELO - Paredes de Coura CRIS 97A - D2 (3) 1ª FASE - exterior da cabana 1	UGRA-555 1890 ± 60 Entre 120 a.C. e 0 Sécs. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 125 cal AC 2 sigma (95,4%): 1 - 255 e 299 - 317	Madeira carbonizada	-	-
CRISTELO - Paredes de Coura CRIS 98A - M0,M1 e N0 (3) 2ª FASE - dentro da cabana 3	UGRA-580: 2040 ± 70 Entre 160 e 20 a.C. Sécs. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 36 cal AC 2 sigma (95,4%): 330 - 330 e 200 – 126	Leguminosas do tipo giestas, codeços e tojo	-	-
COTO DA PENA - Caminha Campanha de 1980-83	UGRA-200: 2930 ± 100 Entre 1080 e 880 a. C. Sécs. XI e IX a. C.	1420-900 a. C. 2 sigma: 1406-842 a. C.	Sementes carbonizadas	SILVA 1986, 34	Atribuição cronológica do autor: Bronze Final/Ferro Inicial
COTO DA PENA - Caminha Campanha de 1980-83	UGRA-220: 2920 ± 100 Entre 1070 e 810 a. C. Sécs. XI e IX a. C.	1420-840 a. C. 2 sigma: 1401-836 a. C.	Sementes carbonizadas	SILVA 1986, 34	Atribuição cronológica do autor: Bronze Final/Ferro Inicial
STO. ESTEVÃO DA FACHA - Ponte de Lima Quadrado QXIII (10) Campanha de 1979-80	CSIC-400: 2160 ± 50 Entre 260 e 160 a. C. Sécs. III e II a. C.	380-100 a. C.	Carvão vegetal	ALMEIDA et alii 1982, 79	-
STO. ESTEVÃO DA FACHA - Ponte de Lima Quadrado QXIII (10) Campanha de 1979-80	CSIC-500: 2210 ± 50 Entre 310 e 210 a.C. Sécs. IV e III a.C.	390-122 a. C.	Carvão vegetal e sementes carbonizadas	ALMEIDA et alii 1982, 79	-
BARBUDO - Vila Verde Estrutura de madeira; corte 4, camada 2 Campanha de 1983-85	ICEN-21: 2650 ± 40 Entre 740 e 660 a.C. Sécs. VIII e VII a.C.	898-794 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1989, 66	-
BARBUDO - Vila Verde Estrutura de madeira; corte 4, camada 2 Campanha de 1983-85	CSIC-735: 2750 ± 60 Entre 860 e 740 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1040-810 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1989, 66	-
BARBUDO - Vila Verde Estrutura de madeira; corte 4, camada 2 Campanha de 1983-85	CSIC-735R: 2740 ± 50 Entre 840 e 740 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1000-810 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1989, 66	-

S. JULIÃO - Vila Verde Sector B, corte I, camada 1b Exterior do talude e do fosso Campanha de 1982-84	ICEN-23: 2700 ± 40 Entre 790 e 710 a.C. Século VIII a.C.	923-804 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 129	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	ICEN-27: 2890 ± 45 Entre 985 e 895 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1259-931 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 126-127	Esta datação define, segundo a autora, o terminus post quem da construção do talude defensivo da acrópole
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	ICEN-28: 2820 ± 40 Entre 910 e 830 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1094-900 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 126-127	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	GIF-6993: 2840 ± 80 Entre 970 e 810 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1260-830 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1986, 159; MARTINS 1988, 126-127	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 3, camada IIIa, camada que sobrepõe o pavimento mais recente de uma cabana Campanha de 1985	GIF-7013: 2750 ± 60 Entre 860 e 740 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1040-810 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1986, 159; MARTINS 1988, 126-128	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	CSIC-734: 2900 ± 50 Entre 1000 e 900 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1260-932 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 130	-
S. JULIÃO - Vila Verde	ICEN-829: 2660 ± 45 Entre 755 e 665 a.C. Sécs. VIII e VII a.C.	899-790 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-
SANTINHA - Amares Corte 1, quadrado A6	CSIC-1145: 2800 ± 33 Entre 883 e 817 a.C. Séc. IX a.C.	2 sigma: 1016-890 a. C.	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.
SANTINHA - Amares Corte 2, camada 2	CSIC-1315: 2837 ± 27 Entre 914 e 860 a.C. Sécs. X e IX a.C.	2 sigma: 1051-903	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.
SANTINHA - Amares Corte 1, quadrado A5	CSIC-1084: 2793 ± 53 Entre 896 e 790 a.C. Séc. IX e VIII a.C.	2 sigma: 1052-826	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.
SANTINHA - Amares Corte 3, quadrado E10 Base da muralha, camada 1	CSIC-1085: 2761 ± 50 Entre 861 e 761 a.C. Séc. IX e VIII a.C.	2 sigma: 1006-810	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Fossa 1 - corte I, quadrado D1, camada 6e Ocupação mais antiga da plataforma superior do povoado	UtC-4784: 2220 ± 37 Entre 307 e 233 a.C. Sécs. IV e III a.C.	2 sigma: 377-189 (100) a. C.	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 241	Análise por espectrometria de massa com acelerador (AMS). Atribuição cronológica da autora: Ferro Inicial - meados do século IV a inícios do II a. C. (S. João de Rei II)

S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Contemporânea da Fossa 1 - quadrado E1, camada 6 Ocupação mais antiga da plataforma superior do povoado	CSIC-1146: 2183 ± 27 Entre 260 e 206 a.C. Séc. III a.C.	2 sigma: 363-279; 252-157; 136-126	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 241	Análise por espectrometria de massa com acelerador (AMS). Atribuição cronológica da autora: Ferro Inicial - meados do século IV a inícios do II a. C. (S. João de Rei II)
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Corte 2: camada superior de uma fossa aberta no saibro - quadrado A2b, camada 3 Primeira ocupação do povoado -	CSIC-1149: 2435 ± 30 Entre 515 e 455 a.C. Sécs. VI e V a.C.	2 sigma: 556-401; 761-672; 664-635	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 245	Atribuição cronológica da autora: transição da I. do Bronze para a I. do Ferro - finais do século VI a. C. a finais do V a. C. (S. João de Rei I)
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Corte 2 - quadrado A2c, camada 3 Primeira ocupação do povoado	CSIC-1150: 2357 ± 30 Entre 437 e 377 a.C. Sécs. V e IV a.C.	2 sigma: 426-375; 504-436	Bolotas carbonizadas	BETTENCOURT 2000, 245	Atribuição cronológica da autora: transição da I. do Bronze para a I. do Ferro - finais do século VI a. C. a finais do V a. C. (S. João de Rei I)
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Corte 2 - "fossa" 2, quadrado A2c, camada 3 Primeira ocupação do povoado	CSIC-1150: 2443 ± 35 Entre 528 e 458 a.C. Sécs. VI e V a.C.	2 sigma: 762-401; 595-575; 566-404	Bolotas carbonizadas	BETTENCOURT 2000, 245	Atribuição cronológica da autora: transição da I. do Bronze para a I. do Ferro - finais do século VI a. C. a finais do V a. C. (S. João de Rei I)
CABANAS - Braga Corte 1 - perfil A/B	UtC-5661: 2798 ± 29 Entre 877 e 819 a.C. Séc. IX a.C.	2 sigma: 1003-892; 885-847	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 206	Análise por espectrometria de massa com acelerador (AMS) Atribuição cronológica da autora: séc. X a.C.
VASCONCELOS/MONTE DO CRASTO - Braga Corte 1, camada 1b, quadrado B3	UtC-4328: 2504 ± 36 Entre 590 e 518 a.C. Séc. VI a.C.	2 sigma: 791-494; 440-426	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 286	Atribuição cronológica da autora: séculos VII e VI a.C.
CASTELO DE MATOS - Baião	OxA-1759: 2730 ± 70 Entre 850 e 710 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1010-794 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-
CASTELO DE MATOS - Baião	OxA-2147: 2710 ± 90 Entre 850 e 670 a.C. Sécs. IX e VII a.C.	1036-767 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-
CASTELO DE MATOS - Baião	OxA-2146: 2700 ± 90 Entre 840 e 660 a.C. Sécs. IX e VII a.C.	1024-610 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-

ERMIDAS - Famalicão Camada 5 - fase de construção da muralha Campanha de 1983	GAK-11460: 2480 ± 120 Entre 650 e 410 a.C. Sécs. VII e V a.C.	893-370 a. C.	Carvão vegetal	QUEIROGA 1985, 35	O autor considera que esta cronologia é mais antiga do que o contexto arqueológico em que se insere
ERMIDAS - Famalicão Camada 5 - fase de construção da muralha Campanha de 1983	GAK-11461: 2650 ± 120 Entre 820 e 580 a.C. Sécs. IX e VI a.C.	1060-410 a. C.	Carvão vegetal	QUEIROGA 1985, 35	-
ROMARIZ - Vila da Feira Nível mais profundo da escavação arqueológica Campanha de 1980-82	UGRA-203: 2550 ± 100 Entre 700 e 500 a.C. Sécs. VII e V a.C.	910-400 a. C.	Bolotas carbonizadas	SILVA 1986, 40	-
SENHORA DA GUIA - Baiões, S. Pedro do sul Campanha de 1973	GrN-7484: 2650 ± 130 Entre 830 e 570 a.C. Sécs. IX e VI a.C.	1100-410 a. C.	Carvão vegetal e restos de madeira de uma ponta de lança, em bronze	KALB 1974-77, 141	-

IDEIAS FINAIS

A conjugação e sistematização dos dados relativos à Idade do Ferro e aos povoados fortificados do noroeste remete-nos para a existência de uma sociedade aparentemente igualitária, com focos de maior desenvolvimento em determinadas épocas. Numa fase mais recuada, esse maior desenvolvimento regista-se nas zonas litorais e, numa fase mais recente, o foco de desenvolvimento inverte-se para o interior.

Essa sociedade igualitária estaria alicerçada em laços de sangue e organizada segundo grupos etários, sendo os “anciãos” o grupo de maior relevo social, tal como acontece na maioria das sociedades tribais (SILVA 1986; CARO BAROJA 1970; MARTINS 1990). Os dados epigráficos e iconográficos não favorecem, contudo, esta teoria, uma vez que apontam para a existência de um chefe guerreiro, representado nas esculturas de guerreiros galaicos. Os povoados estariam organizados então em *castella*, com um *princeps*, e enquadrados dentro de *civitates* ou *populi* (TRANOY 1981; SILVA 1986).

Temos, pois, uma sociedade que evolui de formas de organização mais simples para outras mais complexas, atingindo, na transição do I milénio, uma grande complexificação, não só a nível da sociedade, como também dos povoados, com a reestruturação do ordenamento urbano e do sistema defensivo. Contudo, este florescimento deve ser encarado não como um fenómeno abrangente, mas como uma realidade regional, onde existiriam assimetrias, com épocas e áreas de desenvolvimento distintas. Simultaneamente verificar-se-ia a existência, numa mesma área, de povoados que se desenvolveram e tiveram continuidade durante os séculos da Idade do Ferro e da romanização, e outros que, sem motivo aparente, se extinguíram muito cedo - tal como alguns povoados fortificados da bacia superior do rio Coura -, não tendo atingido a complexificação social e a reestruturação urbanística registada noutros povoados.

Parece não existir dúvidas que, durante o último milénio a.C., o noroeste peninsular possuía uma unidade própria, quando comparado com outras áreas vizinhas, como pode ser o caso da Meseta norte espanhola ou do centro de Portugal. De facto, falarmos do noroeste peninsular durante o primeiro milénio a.C. significa algo mais do que referir uma simples situação espaço-temporal, já que a região

possui uma componente cultural específica que a distingue de outras regiões vizinhas ou mais afastadas com distinta expressão cultural. Apesar do seu carácter periférico face a outras regiões, era uma sociedade permeável a influências externas designadamente através das rotas mediterrânicas que chegavam por via atlântica, já iniciadas na Idade do Bronze, e que se constata nas suas várias fases evolutivas (REY CASTIÑEIRA 2000).

Essa identidade cultural do noroeste peninsular durante a Idade do Ferro manifesta-se na semelhança de atributos culturais, quer falemos da cultura material (metalurgia, ourivesaria, cerâmica), da organização do espaço, da forma de implantar os povoados no território, ou, ainda, da organização social. A prova disso é que, aquando da conquista romana, nos últimos anos do milénio, os historiadores e geógrafos greco-latinos registam a identidade dos povos galaicos, não se verificando a mesma situação em relação aos outros povos vizinhos. Ou seja, vistos do exterior, os povos do noroeste formavam uma unidade, apesar de não sabermos se eles próprios tinham consciência dessa identidade.

Falar de unidade não pressupõe, contudo, admitir a uniformidade. Ao afirmarmos que existe uma unidade cultural do noroeste face ao exterior, importa, todavia, matizar tal afirmação, visto existir, também, diversidade interna. Observa-se uma fragmentação regional bastante acentuada, que é testemunhada tanto pelos objectos da vida quotidiana (cerâmicas, objectos de metal, etc.), como por determinados indicadores de carácter económico e social (povoados, distribuição de bens de prestígio, etc.). Por outro lado, tal fragmentação é comum tanto na Galiza como no norte de Portugal, sem que se possa falar de uma diferenciação entre estas duas áreas, uma vez que parecem existir unidades, ou subunidades regionais, que afectam ambos os lados da actual fronteira político-administrativa. Exemplificando, verifica-se que os castros portugueses minhotos constituem uma forte unidade cultural com os seus congéneres galegos mais próximos do rio Minho (sul da Galiza), enquanto que estes, por seu turno, apresentam, geralmente, diferenças marcantes relativamente aos do norte da Galiza.

Em resumo, o noroeste peninsular constituiu, durante o último milénio a.C., um mosaico de povos que ocupam áreas mais ou menos extensas, com uma idiossincrasia própria, que se manifesta em segmentos da cultura material e noutras vertentes, estando, todavia, inseridos, no seu conjunto, numa realidade cultural aglutinadora de modelos e comportamentos sociais ¹.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os meus mais sinceros agradecimentos aos meus professores do Departamento de Pré-História e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada, especialmente ao Prof. Doutor Francisco Contreras Cortés e ao meu orientador Prof. Doutor Pedro Aguayo de Hoyos, bem como aos membros do Júri de Doutoramento: Professores Doutores Martín Almagro Gorbea; Andrés Adroher Auroux; Armando Coelho Ferreira da Silva; Antonio Rodríguez Colmenero; Francisco Contreras Cortés; Javier Carrasco Rus y Fernando Molina González.

¹ Este artigo é um resumo do ponto 2.2 do capítulo II da Tese de Doutoramento apresentada como Doutoramento Europeu em 08/06/2008 no Departamento de Pré-História e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada, sob o título *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: Estudo, Musealização e Divulgação*.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1977). Panorama de la Cultura Castrexa em el NO. de la Peninsula Iberica. *Bracara Augusta*, 21 (71-72), Braga, 1-23.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1991). *La cultura castrexa y galaicorromana en el último veinteno*, Boletín de la Sociedad Española de Amigos de la Arqueología, 30-31, Madrid, 203-207.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1991). *Historia das Investigacións*, Galicia. Historia I. Prehistoria e Historia Antiga. A Coruña, 275-286.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1995). Historiografía e investigación da cultura castrexa en Galicia. *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 25-39.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1996). *Discursos de Investidura de D. Jorge de Alarcão e D. Ramón Valdés Costa como Doutores Honoris Causa*, Santiago de Compostela, 29-35.
- AGRAFOXO PEREZ, Xerardo. (1989). *O poboamento castrexo na rexión occidental da provincia da Coruña*. Santiago.
- ALARCÃO, Jorge. (1992). *A evolução da cultura castreja*. *Conimbriga*, XXXI, Coimbra, 39-71.
- ALARCÃO, Jorge. (1996). *Para Uma Conciliação das Arqueologia*. Ed. Afrontamento, Porto.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado. (1979). (1990). Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima. *Estudos Regionais*, 7/8, Viana do Castelo.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1965). O problema das casas redondas Castrejas. *Lucerna*, IV, Porto, 196-204.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1973-74). Influências meridionais na Cultura Castreja. *Rv. F.L.U.P - Série História*, 4, Porto, 197-208.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1974). Cerâmica Castreja. *Rv. Guimarães*, 84 (1-4), 171-197.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1983). Cultura Castreja, evolução e problemática. *Arqueologia*, 8, Porto, 70-74.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1984). A casa castreja. *Memorias de Historia*, 6, Oviedo, 35-42.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1985). Arquitectura e arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência. *Actas Asimilacion y Resistencia a la Romanizacion en el Norte de Hispania*, Vitoria, 79-102.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1986). Arte Castreja. *Arqueologia*, 13, Porto, 161-172.
- ALMEIDA, C. A. F., Teresa Soeiro, C. A. B. Almeida e A. J. Baptista. (1982). Duas datas de C14 para o Castro de Santo Estevão da Facha *Arqueologia*, 6, Porto, 79.
- ALMEIDA, C. A. F., Teresa Soeiro, C. A. B. Almeida e A. J. Baptista. (1980). Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, 3 a 90.
- BETTENCOURT, A.M. S. (1994). A transição do Bronze Final/Ferro Inicial no povoado de S. Julião - Vila Verde: algumas considerações. *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4), Porto, 167-190.
- BETTENCOURT, A.M. S. (1995). O povoado de S. Julião (Vila Verde-Braga). *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos do Poder*, Ed. S.E.C., Lisboa, 40-42.
- BETTENCOURT, A.M. S. (2000a). O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais. *Pré-História Recente da Península Ibérica, Actas do IIIº Congresso Peninsular de Arqueologia*, Porto. ADECAP, 79 – 93

- BETTENCOURT, A.M. S. (2000b). *O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal, Cadernos de Arqueologia. Monografias - 9, Braga.*
- BETTENCOURT, A.M. S. (2000c). *A Idade do Bronze e a Transição para a Idade do Ferro no povoado da S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, Cadernos de Arqueologia. Monografias - 10, Braga.*
- BETTENCOURT, A.M. S. (2000d). *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal), Cadernos de Arqueologia. Monografias - 11, Braga.*
- BETTENCOURT, A.M. S. (2001). *O povoado da Santinha, Amares, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze, Cadernos de Arqueologia - Monografias - 12, Braga.*
- BETTENCOURT, A.M. S. (2004a). El Bronce Final y la primera Edad del Hierro en el noroeste de Portugal. *Actas do II Coloquio de Arqueología en la Cuenca del Navia. La Génesis del Habitat Fortificado en el Norte Peninsular: los Castros en el Tránsito de la Edad del Bronce e la Edad del Hierro*, Parque Histórico del Navia, Servicio de Patrimonio Histórico e Consejería de Cultura del Principado de Asturias, Navia.
- BETTENCOURT, A.M. S. (2004b). O que aconteceu às populações da Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro?. *Colóquio Internacional Castro, um lugar para habitar*, Câmara Municipal de Penafiel, Penafiel, Nov. 2004, 25-40.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1975). *Origen y relaciones de la orfebrería castreña*, C.E.G.XXII, 5-28, 137-157 e 267-301.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921). Los Celtas y la civilización céltica en la Península Ibérica. *Boletín del Seminario de Estudios Epigráficos*, 29, 248-300.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1932). *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1933). Los Celtas en Portugal e sus camiños. *Homenagem a Martins Sarmiento*, 54-72.
- BOUZA BREY, F. (1926). *O tecnicismo da prehistoria galega. Prefixos da verba castro*, Nós 31, 33-335.
- CALO LOURIDO, F. (1983). Arte, decoración, simbolismo e outros elementos da cultura material castrexa. Ensaio de síntese. *Estudos de cultura castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Compostela, 159-185.
- CALO LOURIDO, F. (1993). *A Cultura Castrexa*, Ed. A Nosa Terra, Vigo.
- CALVO SÁNCHEZ, I. (1914). *Explotaciones arqueológicas*, R.A.B.M. XXXI.
- CALVO SÁNCHEZ, I. (1920). *Monte de Santa Tecla en Galicia. Memoria que acerca de los trabajos realizados en 1922-1923 presenta D. Ignacia Calvo y Sánchez, Delegado-Director*, J.S.E.A. 63, Madrid.
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. (1987). Castro da Forca. Campaña 1984. *Arqueoloxia/ Memorias*, 8. Xunta de Galicia. Santiago.
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. (1990a). Excavación dos castros do Marco e Castromil, no val do Deza. *IV Coloquio Galaico-Miñoto* (Lugo, 1990).
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. (1990b). Los castros de la cuenca media del rio Ulla y sus relaciones con el medio físico. *Trabajos de Prehistoria*, 47, Madrid, 161-200.
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. (1996a). Os castros galegos. Espacio e arquitectura, *Gallaecia*, 14-15, Ed. Do Castro, Sada, A Coruña, 309-357.
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. (1996b). O espacio na Cultura Castreja Galega, *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 107-138.
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. (1997). O espaço na Cultura Castreja Galega. *Actas do Colóquio O Iº milénio A.C. no noroeste peninsular - a fachada atlântica e o interior*, Parque Natural de Montesinho, Bragança, 63-75.

- CARBALLO ARCEO, L. X. e R. Fabregas Valcarce. (1991). Dataciones de Carbono 14 para castros del Noroeste Peninsular. *Archivo Español de Arqueología*, 64. Madrid, 244-264.
- CARDOSO, Mário. (1934). O Arqueólogo Martins Sarmiento e o Distrito de Viana do Castelo. *Arquivo de Viana do Castelo*, 1.
- CARDOSO, Mário. (1937). Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-História. *Rv. Guimarães*, 47 (3-4), 228-240.
- CARDOSO, Mário. (1938). Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-História. *Rv. Guimarães*, 48 (1-3), 161-169.
- CARDOSO, Mário. (1946). Arquitectura citaniense. *Mínia*, 1 (3-4), Braga, 243-257.
- CARDOSO, Mário. (1952). A organização defensiva dos castros no norte de Portugal e a sua romanização. *Arquivo Histórico de Lisboa*, 22, 121-152.
- CARDOSO, Mário. (1953). Alguns problemas da Idade do Ferro no norte de Portugal. *Rv. Guimarães*, 63 (3-4), 666-683.
- CARDOSO, Mário. (1959). Die “Castros” in Northen Portugals. *Rv. Guimarães*, 69 (1-2), 417-439.
- CARDOSO, Mário. (1962). Alguns problemas da cultura dos castros no norte de Portugal. *XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 2 (5), 391-423.
- CARDOSO, Mário. (1980). *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso: Notícia Descritiva*. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.
- CRIADO BOADO, Felipe. (1993a). Límites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje. *SPAL*, 2, Sevilla, 9-55.
- CRIADO BOADO, Felipe. (1993b). Visibilidad e interpretación del registro arqueológico. *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid.
- DINIS, A. Pereira. (1993). *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio A.C.*, (Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto - Policopiado).
- DINIS, A. Pereira. (2003). *O povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto), Norte de Portugal*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 13, Ed. da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- FARIÑA BUSTO, F. et alii. (1983). Panorâmica general sobre la cultura castrexa. *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, S. Compostela, 87-126.
- FERNANDEZ-POSSE, M. D. e F. J. Sánchez-Palencia Ramos. (1988). *La Corona y el Castro de Corporales, II. Campaña de 1983 y prospecciones en la Valderia y la Cabra (León)*. E.A.E., 153. Ministerio de Cultura. Madrid.
- HAWKES, C. F. C. (1984). *The Castro Culture of The Peninsular Noth-West: fact and inference*, B.A.R. (IS) 193, 187-203.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. (coord). *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 107-138.
- HIDALGO CUÑARRO, J.M. e RODRIGUEZ PUENTES, E. (1987). *Castro de Fozara. Campaña 1984*. Arqueoloxia/Memorias, 9. Xunta de Galicia. Santiago.
- HIDALGO CUÑARRO, J.M. e RODRIGUEZ PUENTES, E. (1988). Dos modelos de hábitat castreño: Castro de Troña y Castro de Fozara. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 28, fasc. 3-4. Porto, 133-144.

- HOCK, M. (1980). Corte estratigráfico no castro de S. Juzenda. *Seminário Arqueologia Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, 55-70.
- JORDA CERDA, J. (1984). Notas sobre la cultura castreña en el Norte peninsular. *Memorias de Historia Antigua*, Oviedo, 6, 7-14.
- KALB, P. (1979). Contribución para el estudio de Bronze Atlântico. Excavaciones en el Castro “Senhora da Guia” de Baiões. *XV Congresso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 581-604.
- KALB, P. (1980b). O Bronze Atlântico em Portugal. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 1, 113-120.
- LEMOS, S. (1985). A Conferência de 1877 na C. de Briteiros - Guimarães. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, 195-208.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1933). A área xeográfica da cultura norte dos castros. *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 99-107.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1934). Estudios sobre a Edade do Ferro no N. Peninsular. As fontes literárias. *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*, 6, Santiago de Compostela, 217-367.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1947). Las cabanas de los Castros. Homenaje a Julio Martinez Santa Olalla, 2, Madrid.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1951). *Las joyas castreñas*. C.S.I.C, Madrid.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1989). *La Civilización Céltica em Galicia*. Ed. Istmo. Madrid (1ª edición, 1953).
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F.; BROUZA BREY, F. (1927). *Bibliografía da Prehistoria Galega*, Nós, nº 41,42 e 43, 6-9, 9-12 e 16-20.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1929). *Os Oestrimnios, os Saefes e a ofiolatría en Galicia*, A.S.E.G.II, 27-193.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. e R. S. Pinto. (1933-34). Estudios sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Peninsula - A Relixion. *Arquivos de Seminario de Estudos Gallegos*, VI, Santiago de Compostela, 295-367.
- LOPEZ-CUEVILLAS, F. e LORENZO FERNANDEZ, X. (1986). *Castro de Cameixa. Campañas 1944-46*. Arqueoloxia/Memorias. Xunta de Galicia. Santiago.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1954). Pueblos celtas. Historia de España, (Dir.) Menéndez Pidal, T. 1-3, Madrid, 5-194.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1973). La originalidad de la cultura castreña. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (3), Porto, 335-342.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1987-88). Problemática general del hierro en Occidente. *Zephyrus*, 39-40, Salamanca, 9-16.
- MARTINS, M. (1986). O povoado proto-histórico do Lago (Amares). Sistemas de defesa e fases de ocupação. *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 4. Lisboa, 149-184.
- MARTINS, M. (1988b). *A citânia de S. Julião, Vila Verde*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 2, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
- MARTINS, M. (1988c). *O povoado fortificado do Lago, em Amares*, Cadernos de Arqueologia, Monografias - 1, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
- MARTINS, M. (1989). *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultado das campanhas realizadas entre 1981-1985*, Cadernos de Arqueologia-Monografias 3, Braga.

- MARTINS, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia, Monografias - 5, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
- MARTINS, M. (1991). *O povoado de Stº Ovídio, Fafe, Braga*, Cadernos de Arqueologia-Monografias - 6, Braga.
- PARCERO OUBIÑA, César. (1995). Elementos para el Estudio de los Paisajes Castreños del Noroeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria*, 52, 1, CSIC, Madrid, 127-144.
- PARCERO OUBIÑA, César. (2000). Tres para Dos. Las formas de Poblamiento en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico. *Trabajos de Prehistoria*, 57, 1, CSIC, Madrid, 75-95.
- PEÑA SANTOS, A. de la. (1992b). *El primer milenio a.C. en el área gallega. Génesis y desarrollo en el mundo castreño a la luz de la arqueología. Paleoetnología de la Península Ibérica*. (dir. M. Almagro Gorbea e G. Ruiz Zapatero), Complutum, 2/3, Madrid, 373-393.
- PEÑA SANTOS, A. de la e José Manuel Vázquez Varela. (1996). *Aspectos de la Génesis y Evolución de la Cultura Castrexa de Galicia. Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda*. (dir. Ángeles Fernández Querol e Teresa Chapa Brunet), Complutum Extra, 6 (I), Madrid, 255-262.
- PEREIRA, Félix A. (1933). Os vestíbulos das habitações citanienses, *H. M. Sarmento*, Guimarães, 27-30.
- PEREIRA, Félix A. (1938-41). Páginas inéditas. *Rv. Guimarães*, 48 (1-3), 137-150.
- PEREIRA MENAUT, Gerardo. (1985-86). Nuevas *tabula patronatus* del Noroeste de Hispania. *Veleia*, 2-3. Gasteiz, 299-302.
- PEREZ OUTEIRIÑO, Bieito. (1985). Informe sobre las excavaciones arqueológicas de «A Cidade» de San Cibrán das Lás (San Amaro-Punxin, Ourense). Campaña de 1982. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 22. Madrid, 2110-259.
- PERICOT GARCIA, L. (1950). *La España Primitiva*, Barcelona.
- QUEIROGA, F. (2003=1992). *War and Castros: New approaches to the northwestern portuguese Iron Age*, BAR International Series, 1198, Ed. Archeopress, Oxford.
- REY CASTIÑEIRA, J. (1982). Avances sobre a tipoloxía da cerámica castreña: as Xerras. *El Museo de Pontevedra*, 36, Pontevedra, 271-288.
- REY CASTIÑEIRA, J. (1983). Dos hitos cronológicos en la cerámica castreña. *XVI Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, 443-451.
- REY CASTIÑEIRA, J. (1986-87). Algunas consideraciones sobre cerámica castreña. *Zephyrus*, 39-40, Salamanca, 185-194.
- REY CASTIÑEIRA, J. (1996). Referencias de tiempo en la Cultura Material de los Castros Gallegos, *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 1597-206.
- REY CASTIÑEIRA, J. (2000). Apuntes para un encuadre de la cultura Castreña en el marco peninsular. *Proto-História da Península Ibérica*, ADECAP, Porto, 359-372.
- ROMERO MASIA, Ana. (1975). Asentamientos castrexos costeiros no norte de Galicia, *Gallaecia*, 1, S. de Compostela, 61-80.
- ROMERO MASIA, Ana. (1976). *El habitat castreño. Asentamientos y arquitectura de los castros del NO Peninsular*. C.O.A.G. Santiago.
- ROMERO MASIA, Ana. (1980). Asentamientos castrexos costeiros do Norde de Galicia. *Gallaecia*, 6. Santiago, 61-80.

- ROMERO MASIA, A. e X. M. Pose Mesura. (1985). Catalogación arqueológica da Ria de Ferrol. *Monografías Urxentes do Museu*. A Coruña.
- SANTA-OLLALA, J. M. (1946). *Esquema Paleontológico de la P. Hispanica*. Madrid.
- SARMENTO, F. M. (1882). (1933). *Dispersos*. Coimbra.
- SILVA, A. C. F. (1981/82). Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugália*, 2-3, 83-96.
- SILVA, A. C. F. (1983/84). A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias. *Portugália*, 4/5, Porto, *Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste*, 123-129.
- SILVA, A. C. F. (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. (1990). A Idade do Ferro em Portugal. *Portugal das origens à romanização*. Ed. Presença, Lisboa, 259-343.
- SILVA, M. Fátima M. (1986). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. *Arte Decorativa Arquitectónica I. Revista de Ciências Históricas*, 1, Porto, 31-68.
- SILVA, M. Fátima M. (1987). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. *Arte Decorativa Arquitectónica II. Revista de Ciências Históricas*, 2, Porto, 121-147.
- SILVA, M. Fátima M. (1988). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. A cultura dos Berrões: ensaio de Síntese. *Revista de Ciências Históricas*, 3, Porto, 57-93.
- SILVA, M. Fátima M. (1992). O Castro de Cristelo: apontamentos para o seu estudo. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, P. Coura, 37-52.
- SILVA, M. Fátima M. (1994). *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação*. Cadernos de Arqueologia e Património - Monografias, 2, Paredes de Coura.
- SILVA, M. Fátima M. (1995-97a). O Povoado Fortificado de Cossourado - Relatório da primeira campanha de escavações (1993). *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 39-57.
- SILVA, M. Fátima M. (1995-97b). Proposta de Classificação do Povoado Fortificado de Cossourado ou Forte da Cidade, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 167-177.
- SILVA, M. Fátima M. (1995-97c). O Povoado Fortificado de Romarigães - Resultados da Campanha de 1992, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 9-38.
- SILVA, M. Fátima Matos e SILVA, Carlos Gouveia. (1998). *O Povoado Fortificado de Cossourado - Retratos de um habitat da Idade do Ferro*. Paredes de Coura.
- SILVA, M. Fátima Matos e SILVA, Carlos Gouveia. (1998/2000). Um Projecto de História ao Vivo no Povoado Fortificado de Cossourado. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 7/9, Paredes de Coura, 17-29.
- SILVA, M. Fátima Matos e SILVA, Carlos Gouveia. (2002). O Povoado Fortificado de Cossourado (Paredes de Coura): considerações sobre a sua Musealização e Divulgação. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, XVIII, Porto, 139-152.
- SILVA, M. Fátima Matos e SILVA, Carlos Gouveia. (2004a). Estratégias pedagógicas de dinamização e divulgação do povoado fortificado de Cossourado: uma experiência de "História ao vivo". Portal Iberoamericano de Gestión Cultural: *Boletín GC: Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico*, octubre de 2004. ISSN: 1697-073X. www.gestioncultural.org
- SILVA, M. Fátima Matos e SILVA, Carlos Gouveia. (2004b). Projecto de valorização e divulgação do povoado fortificado de Cossourado (Paredes de Coura). Portal Iberoamericano de Gestión Cultural: *Boletín GC: Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico*, octubre de 2004. ISSN: 1697-073X. www.gestioncultural.org

TABOADA CHIVITE, X. (1973). *A investigación arqueolóxica desde 1952*, Historia de Galicia dirixida por R.OTERO PEDRAYO, Vol. III, Prehistoria de F.L. CUEVILLAS. Buenos Aires, 539-547.

TRANOY, A. (1981). La Gallice romaine, *Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris.

VIANA, Abel. (1926a). Através do Minho I - A exploração metódica dos nossos Castros. *Gente Minhota*, 6, 88-90.

VIANA, Abel. (1926b). Através do Minho II - A exploração metódica dos nossos Castros. *Gente Minhota*, 7, 111-113.

VIANA, Abel. (1932). Justificação de um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho. *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, 1, 11-24.